



DECISÃO - IMPUGNAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021

IMPUGNANTE: CONSERVADORA E ADMINISTRADORA GARCIA SERVIÇOS EIRELI.

IMPUGNADA: AMESP

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

Pugna a empresa retro mencionada requerendo:

- (1) a exclusão do Item 9.4.2.1 do ato convocatório,
- (2) a retirada da exigência de registro no conselho de classe, qual seja Conselho de Administração previsto no item 9.4.2.3.1;
- (3) Exclusão do Item “a2” Item 9.4.2.2;
- (4) Exclusão de CIPA contida no Item 9.4.2.2

Sem muito delongar todos os pleitos da impugnante já foram alvo de impugnações anteriores, sem lograr êxito.

Ainda em nada foi acrescentado na impugnação da empresa CONSERVADORA E ADMINISTRADORA GARCIA SERVIÇOS EIRELI das outrora empresas impugnantes.

Ademais passamos a debater e apresentar as razões que desabonam as alegações apresentadas pela impugnante.



Suscita a impugnante que a exigência de Registro no Conselho de Administração não tem amparo legal na legislação atinente a matéria.

Contudo não assiste razão a impugnante. Conforme Inciso V, art. 67 da Lei nº 14.133/2021, c/c com a Lei nº 4.769/65.

Vejamos ainda, nos termos do Objeto licitado pelo Edital do Pregão Presencial nº 05/2021 é o que segue:

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE FORMA CONTÍNUA E/OU EVENTUAL, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕES A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.”

Nos termos o Objeto licitado, a licitante vencedora deverá prestar os serviços de: Recrutamento, Seleção, Administração e disponibilização de mão de obra. Ao Licitante vencedor caberá não somente aos serviços de fornecimento de mão de obra, como também caberá a ela o recrutamento, seleção e a administração de toda a mão de obra fornecida ao Contratante.



Inicialmente sobre o tema de registro dos atestados de capacidade técnica junto ao Conselho Regional de Administração, o art. 30 da Lei nº 8.666/93 impõem o que segue:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, limitadas as exigências a:

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Com fulcro no art. 30 da Lei nº 8.666/93, a exigência de comprovação de capacidade técnica registrado na entidade competente é pertinente e legal. Ou seja, exigir do licitante que os atestados de capacidade técnica, apresentados estejam devidamente registrados no CRA tem amparo legal no §1º do art. 30 da Lei nº 8.666/93.



Para aprofundar no assunto é apresentado a Resolução Normativa nº 654/15 do Conselho Federal de Administração:

Dispõe sobre a criação de Acervos Técnicos de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas registradas nos CRAs, por meio do Registro de Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividades de Administração - RCA e dá outras providências.

Art. 3º Entende-se por Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividades de Administração os Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica, fornecidos aos registrados nos CRAs pelos tomadores dos seus serviços (pessoas jurídicas de direito público ou privado), comprobatórios da prestação de serviços nos campos privativos do Administrador, de que trata a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965.

E.

Lei nº 4.769/65

Art 2º A atividade profissional de Técnico de Administração será exercida, como profissão liberal ou não, VETADO, mediante:

a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;

b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração VETADO, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, relações públicas, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos;

c) VETADO.

Art 3º O exercício da profissão de Técnico de Administração é privativo:

a) dos bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

Considerando que as atividades licitadas trata-se de atividade de prerrogativa exclusiva de bacharéis em Administração, tais como seleção, recrutamento e administração de pessoas.





Considerando que nos termos da Lei nº 4.769/65 os Atestados de Capacidade Técnica que versam sobre as atividades de Administração e Seleção de Mão de Obra **é obrigatório o registro junto ao CRA.**

Passando para a análise mais detidamente sobre o Item 9.4.2.2, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), nos termos da Norma Regulamentadora nº 05 do Ministério da Economia – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho impõem o seguinte:

5.2 Devem constituir CIPA, por estabelecimento, e mantê-la em regular funcionamento as empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.

5.49 A empresa contratante adotará medidas necessárias para que as empresas contratadas, suas CIPA, os designados e os demais trabalhadores lotados naquele estabelecimento recebam as informações sobre os riscos presentes nos ambientes de trabalho, bem como sobre as medidas de proteção adequadas.

5.50 A empresa contratante adotará as providências necessárias para acompanhar o cumprimento pelas empresas contratadas que atuam no seu estabelecimento, das medidas de segurança e saúde no trabalho.



Nos termos da Norma Regulamentador nº 05 da SEPT, é obrigatoriedade a todas as empresas privadas a constituição de CIPA, salvo empresas com menos de 20 funcionários.

E, ainda nos termos da NR 05 da SEPT aos Contratantes é obrigatório a adoção de medidas para garantir a Saúde e Prevenção de Acidentes do Trabalho, para garantir por meios claros e objetivos que a execução dos serviços sejam procedidos com o mais alto nível de segurança, conforto e qualidade a todos os envolvidos.

Ato contínuo nos termos da CCT MG000612/2020 por meio da Clausula 50ª impõem as empresas a constituição de CIPA, in verbis:

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ELEIÇÕES - CIPA As empresas comunicarão ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a realização de eleições para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

E conforme a CCT MG001179/2019, impõem que:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - C.I.P.A As empresas deverão organizar e manter em funcionamento, uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - C.I.P.A., conforme NR nº 05 do MTE, no que trata à constituição e ao seu funcionamento regular.



Ainda, nos termos da CCT MG000653/2020 determina o que segue:

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ELEIÇÕES - CIPA As empresas comunicarão ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a realização de eleições para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

E, seguinte a determinação da CCT MG000364/2020:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CIPA / CAT A Empresa informará a Federação Profissional, com antecedência de 30 (trinta) dias a data, o local e o horário da eleição dos Membros da Comissão Interna para Prevenção de Acidentes - CIPA, permitindo a presença de Representante da Federação Profissional. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Será constituída uma CIPA nos locais de trabalho onde se encontrem mais de 50 (cinquenta) empregados.

Em uma análise da Lei que regem as empresas privadas e de todas as Convenções Coletivas de Trabalho que compõem o Ato Convocatório, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes é uma obrigatoriedade precípua empresarial.

Considerando que neste ramo de terceirização de mão de obra, inúmeras empresas se aventuram em busca de ganhar processos licitatórios sem o



cumprimento básico das obrigações empresariais, causando inúmeros prejuízos aos trabalhadores e bem como aos Órgãos Públicos.

Considerando que é dever da Administração Pública, buscar sempre a economicidade, legalidade, eficiência e a garantia do interesse público em contratar empresas serias, idôneas e com expertise no ramo licitado.

Ainda, a Administração Pública, não pode furtar-se da obrigação em fazer *com* que nas compras de produtos e serviços, sejam exigidos das empresas, aquilo que delas são um dever perante a sociedade e a legislação vigente, com o intuito de quebrar a culpa in elegendo e culpa in vigilando.

Portanto a exigência da Comissão Interna de Prevenção de Acidente não se trata tão somente de exigência editalícia, e sim, de exigência empresa para funcionar dentro dos ditames legais.

Desta forma não encontro óbice da empresa licitantes em apresentar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) no momento da habilitação ou em qualquer outro momento do certame e/ou a manutenção da referida CIPA durante toda a execução dos serviços se sagra-se vencedora.



Conclui-se portanto que a impugnante no âmbito de sua atividade não deve simplesmente olhar para a legalidade da licitação em si como um fim, deve a licitante atender a toda a legislação pertinente a sua atividade. E a Administração pode e deve exigir de todas as empresas que cumpra a totalidade das obrigações trabalhistas, sociais e legais no âmbito das contratações públicas.

Desta forma, acolho a presente impugnação para no mérito julgar-lhe improcedente.

Pouso Alegre, 10 de maio de 2021.

Wagner do Couto
Pregoeiro da AMESP